

Bresser diz que paga os bancos

GAZETA MERCANTIL

79 AGO 1987

por José Casado
da Cidade do México

Estão definidas a estratégia, a forma e a agenda da negociação da dívida externa brasileira, a partir da primeira semana de setembro, de acordo com o que informou ontem, na Cidade do México, o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira.

Dois negociadores, Fernando Bracher, ex-presidente do Banco Central, e Yoshiaki Nakano, assessor especial do ministro, embarcam no início do próximo mês para um périplo pelos Estados Unidos, Europa e Japão, para fazer aquilo que o ministro classifica como "discussão informal" com os credores estrangeiros privados.

"Será a etapa convencional dessa negociação", diz Bresser Pereira. Ou seja, nos primeiros dez dias de setembro, eles irão comunicar a insistência do País em uma proposta já apresentada aos bancos norte-americanos, em julho último, pelo próprio ministro, em Nova York. "Queremos 20 a 25 anos de prazo (para pagamento do principal), US\$ 7,2 bilhões de novos empréstimos, spread zero, refinanciamento dos juros e mecanismos de retirada dos pequenos bancos ('exit bonds'), com validade até o próximo ano."

Bresser Pereira prevê que no dia 10 de setembro o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgará um relatório analisando a evolução das contas do Brasil sob uma perspectiva muito favorável. "Eles nos estão informando isso e ficarei muito surpreso se não acontecer." Acredita que esse fato terá um peso específico nessa etapa inicial dos entendimentos com os setecentos bancos privados.

Mas não é capaz de apostar que seja muito fácil a concretização de um acordo imediato: "Eu acho que eles (os bancos) vão pedir, outra vez, um pagamento simbólico, adiantado. Em Nova York eu disse a eles qual será a resposta do Brasil. O ideal seria que aceitassem logo a nossa proposta e acabou-se. Se não fizerem isso,

(Continua na página 5)

Os bancos credores assinarão nesta sexta-feira o acordo de renegociação de cerca de US\$ 34 bilhões acertado com a Argentina em abril último. O pacote inclui empréstimo de US\$ 1,95 bilhão (dinheiro novo), por doze anos, com cinco de carência e "spread" igual ao do México. Serão renovados por dezenove anos US\$ 30 bilhões em empréstimos antigos.

(Ver página 2)

Bresser diz que...

Dinheiro Exterior

por José Casado
da Cidade do México
(Continuação da 1ª página)

179 AGO 1987

vamos discutir esse problema (do pagamento simbólico, adiantado) antes do dia 20 de outubro".

A data (20 de outubro) é, de fato, importante para os bancos norte-americanos. Pela legislação bancária norte-americana, expira no dia 25 o prazo para registro contábil de algum tipo de pagamento da dívida brasileira. Caso isso não aconteça, torna-se obrigatória a reclassificação dos créditos, na conta de perdas, o que configuraria uma situação extremamente delicada para essas instituições.

Porém, a opção brasileira, no momento, é de reconciliação com a comunidade financeira internacional, seis meses depois da decretação da moratória. Já houve um acordo prévio, como diz o ministro: "Eu combinei com os bancos que, caso não chegássemos a um acordo até o dia 20, e caso as reservas cambiais brasileiras permitissem, nós faríamos, então, um pagamento simbólico, como adiantamento". Seria algo entre US\$ 400 milhões e US\$ 500 milhões.

Mas, ele insiste, "essa é a etapa convencional de toda a negociação". Acrescenta: "É a convencional, porque a não convencional é termos um desconto na dívida. Isto sim, é que seria razoável, interessante e inteligente, da nossa parte e da parte dos credores. É só você trocar a atual dívida por uma nova dívida. Com taxas de juro menores — por exemplo, de 5%, o que dá um desconto de uns 30%, no final. E esses títulos deveriam ter uma garantia qualquer. Essa garantia qualquer seria um alto negócio para nós, para os países e para os bancos credores. É o que o mercado está indicando. É a lógica do mercado".

Essa outra fase da negociação começará na segunda quinzena de setembro, às vésperas da reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI), marcada para 26 de setembro, em Washington. Aí será conduzida pelo próprio Bresser Pereira.

A tese que pretende levar a essa rodada baseia-se na visão de que se caminha, rapidamente, para a criação de dois tipos de dívidas do Brasil no mercado financeiro mundial — a dívida real e a nominal.

"A nominal, digamos, representa 100% e a real está baixando todos os dias", comenta. "O mercado já fez descontos importantes, recentemente, no valor das ações dos bancos, nas reservas das instituições e nos próprios títulos da dívida. E por que isso? Porque a situação da dívida mundial, de 1982 para cá, piorou muito. Se você examinar a relação dívida-exportações verá que piorou substan-

cialmente. Nos dez países que mais devem, essa relação subiu de 285 para 360, ou seja, cresceu, piorou em mais de 30%."

Ele sabe que essa batalha será muito mais dura que a primeira etapa das gestões. E que inclui um capítulo fundamental, para os dois lados, a ser resolvido antes mesmo de um eventual acordo com os bancos privados, sobre os pagamentos de curto prazo, e com toda a comunidade financeira internacional, antes de um eventual acordo sobre o perfil de longo prazo da dívida. É a questão política de assinar ou não um acordo com o FMI.

Os bancos, o Federal Reserve (Fed — banco central dos Estados Unidos) e o governo norte-americano têm insistido sobre a necessidade de um acordo prévio do Brasil com o FMI. Bresser Pereira mostra-se disposto a fazê-lo: "Só não iremos ao Fundo antes de fazermos um acordo com os bancos e não faremos um acordo com os bancos que esteja vinculado ao FMI".

E, nesse aspecto, afirma que está tudo muito claro. "Sei que o Federal Reserve gostaria que nós fôssemos ao FMI. Mas isso é uma posição já tomada. Não voltaremos atrás. É inútil fazer pressão, porque o Brasil é muito grande e não voltará atrás. O Volcker (Paul Volcker, que foi presidente do Fed, até o começo de agosto) me disse que acha muito difícil os bancos aceitarem isso, de fazermos um acordo com eles antes e desvinculado do FMI. Mas isso já é coisa do passado. É coisa velha."

Sarcástico, Bresser Pereira explica os seus motivos. Primeiro, diz, os bancos podem emprestar US\$ 7,2 bilhões ao Brasil "enquanto o FMI pode, no máximo, emprestar US\$ 1 bilhão". Segundo, por que "a experiência da Argentina, do México e das Filipinas, que fizeram um acordo com o FMI, é muito ruim para esses países".

Acrescenta, com ironia: "Falei muito com o Petriccioli (Gustavo Petriccioli, ministro da Fazenda mexicano) e com o Sourrouille (Juan Sourrouille, ministro do Planejamento argentino) nos últimos dias e eles me disseram que não resolveram nada. Fizeram acordos com o FMI, como os Filipinos, e não deu em nada."

Os dois estão profundamente infelizes. O ministro das Filipinas chegou a dizer isso, formalmente, no discurso do dia da assinatura do seu acordo com os bancos.

"E o senhor, ministro, está feliz?" — indaga um jornalista. Bresser Pereira, que saía de uma reunião com empresários mexicanos, abre a porta do carro oficial, senta-se e retruca em voz alta: "Você não está?". Fecha a porta, com um largo sorriso.